

CONFERÊNCIA: CINQUENTA ANOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Marilda Villela Iamamoto¹.

Saudações ao cinquentenário da Faculdade de Serviço Social da UFJF.

Saudações às autoridades universitárias, à direção da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), aos seus docentes, discentes e funcionários.

Prezados pesquisadores, assistentes sociais, e público presente.

Congratulações a todos os que, ao longo de cinquenta anos, construíram a história da Faculdade de Serviço Social da UFJF. A todos aqueles que ousaram acreditar que vale a pena sonhar e participaram da elaboração e implementação de um projeto acadêmico-pedagógico, nos níveis de graduação e pós-graduação, dotado de respeitabilidade e reconhecimento na comunidade universitária. Saúdo aqueles que, nos retalhos do tempo da vida, com seu trabalho, experiência, dedicação e lutas enfrentaram adversidades, e construíram a trajetória desta Faculdade, hoje uma referência no universo do Serviço Social brasileiro.

Este é um momento de festa: de comemorar, rememorar o passado e projetar o futuro, como indica a sabedoria do poeta Murilo Mendes em *O discípulo de Emaús*, sintetizando o espírito dessa comemoração: “Virar a vida pelo avesso(...) Passado presente futuro, tiro o alimento de tudo”. E ainda: “A memória é uma construção do futuro, mais que do passado”(p. 372).

Aqui, com o trabalho de muitos, foram semeados, produzidos e difundidos conhecimentos científicos socialmente referenciados, guiados por princípios éticos e políticos comprometidos com o universo do trabalho e com a o processo de democratização da economia, da política e da cultura. Conhecimento e ações que vêm impulsionando a luta por direitos sociais, civis e políticos na perspectiva de somar forças impulsionadoras de novos

¹ Assistente social, diplomada na Faculdade de Serviço Social da UFJF e ex-professora visitante desta Universidade. Doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP. Professora Titular da Faculdade de Serviço Social da UERJ e Coordenadora Adjunta da Área de Serviço Social na Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (CAPES), triênio 2008/2010.

tempos iluminados para todos, capazes de contemplar o desenvolvimento de cada um e de todos os indivíduos sociais.

Eu falo como partícipe dessa história. Nessa casa me formei, dei os primeiros passos no universo acadêmico, na aproximação ao Serviço Social, às Ciências Humanas e Sociais e no conhecimento da história recente deste País. Mas aqui também descobri que o conhecimento tem conseqüências sociais e políticas e que a formação do intelectual é também a formação de um sujeito social comprometido com os destinos de nosso país e de sua história. Esse aprendizado se faz também como estudante, pois o movimento estudantil universitário é uma escola de vida que marca profundamente nossos horizontes. Aqui dei os primeiros passos no aprendizado da luta política e descobri que ela é sempre possível, até nos momentos mais duros e repressivos da ditadura militar e do arbítrio. E que a força repressiva não é capaz de erradicar os projetos coletivos que apostam na Liberdade, na Justiça e na Igualdade no horizonte da superação dos fundamentos da sociedade de classes e das desigualdades por ela socialmente produzidas.

E também aqui, vislumbrei o que afirma Carlos Drummond de Andrade ao cantar a *América*:

Esse país não é meu.
Nem vosso ainda, poeta.
Mas ele será um dia
O país de todo homem.

Encontrei uma Universidade que, com as diferenças e conflitos que lhe são inerentes, foi capaz de respeitar escolhas e caminhos percorridos e oferecer solidariedade acadêmica, profissional e política nos momentos mais adversos.

Por tudo isto, essa festa é nossa festa, digna da Universidade Brasileira. De uma universidade que preza pelas suas funções precípuas de ensino, pesquisa e extensão e que cultiva razão crítica e o compromisso com valores universais coerente com sua função pública, a serviço da coletividade. Ao incorporar os dilemas regionais e nacionais como matéria da vida acadêmica, a Faculdade de Serviço Social vem participando da construção de respostas aos mesmos no âmbito de suas atribuições específicas, zelando por sua autoqualificação acadêmica e permanente aperfeiçoamento científico, de modo a contribuir na formação de cientistas, pesquisadores e profissionais voltados aos horizontes do amanhã.

Parabéns, pois, ao cinquentenário da Faculdade de Serviço Social!

Agrego uma palavra de felicitações aos colegas de profissão pelo dia quinze de maio, dia do assistente social, que neste ano teve por tema central, proposto pelo Conselho Federal - e Regionais - de Serviço Social (CFESS/CRESS): Assistentes Sociais na luta sempre! Formação acadêmica e trabalho profissional.

A história dessa Faculdade, como o já evidenciado nessas comemorações, é expressão viva da luta permanente que vem sendo empreendida pelos assistentes sociais na defesa dos direitos por meio de sua atuação na formulação, planejamento execução e avaliação das políticas públicas, compromissada com a organização e formação política da classe trabalhadora.

Eu agradeço a generosidade das homenagens de que fui alvo – particularmente a atribuição de meu nome à Biblioteca da Pós-Graduação - e faço delas a homenagem a todos aqueles mineiros - ou não - que participaram da trajetória da Faculdade de Serviço Social da UFJF e da história recente da profissão em nosso país. E o faço com o extrato de um conhecido poema de Drummond: A palavra Minas

Minas não é uma palavra montanhosa.
É palavra abissal. Minas é dentro
e fundo.
As montanhas escondem o que é Minas.
No alto mais celeste, subterrânea,
é galeria vertical varando o ferro
para chegar ninguém sabe onde.
Ninguém sabe Minas
(...)
Só os mineiros sabem. E não dizem
Nem a si mesmos o irrelatável segredo
Chamado Minas.

1. Introdução

Essa é uma privilegiada oportunidade de fazer uma breve retrospectiva do Serviço Social no Brasil, com ênfase nas conquistas e desafios da categoria nesses “tempos de aflição e não de aplausos”, como diria o poeta Ledo Ivo. Tempos em que reina, com toda a pompa, o grande capital financeiro com a generalização de seus fetichismos em todos os poros da vida social. Eles impregnam a sociabilidade e impulsionam um profundo desmonte das conquistas

civilizatórias dos trabalhadores. A fetichização das relações sociais alcança o seu ápice sob a hegemonia do capital que rende juros – denominado por Marx de *capital fetiche* –, obscurecendo o universo dos trabalhadores, que produzem a riqueza e a vivenciam a alienação como destituição, sofrimento e rebeldia (Iamamoto, 2007).

A mundialização do capital (Chesnais, 1996, 1998) tem profundas repercussões na órbita das políticas públicas, com suas conhecidas diretrizes de focalização, descentralização, desfinanciamento e regressão do legado dos direitos do trabalho.

Em resposta a uma onda longa de crise (Mandel, 1985), o capitalismo avançou em sua vocação de internacionalizar a produção e os mercados, aprofundando o desenvolvimento desigual e combinado entre as nações e no seu interior entre as classes, passando a requerer “ajustes estruturais” por parte dos Estados nacionais, preconizados pelos países imperiais e organismos internacionais. Ajustes que dão livre curso ao capital especulativo financeiro, destituído de regulamentações, voltado à lucratividade dos grandes conglomerados multinacionais, o que requer um Estado forte – ao contrário do que é propalado por muitos - para traduzir essas demandas em políticas nacionais e resistir à oposição e protestos de muitos.

Mas nossa sociedade apresenta, ao mesmo tempo, um terreno minado de resistências e lutas travadas no dia a dia de uma conjuntura adversa para os trabalhadores, as quais carecem de maior organicidade para terem força na cena pública. Poderiam ser citadas, entre muitas outras: as lutas dos trabalhadores sem terra pela reforma agrária; dos trabalhadores sem teto nas cidades; dos assalariados rurais e urbanos; o movimento das nações indígenas pela preservação de seu patrimônio material e cultural; dos quilombolas em defesa de suas terras e de sua identidade, das mulheres do campo e da cidade pelo reconhecimento de seus direitos; dos velhos trabalhadores, hoje aposentados; dos afrodescendentes pela preservação de suas raízes e direitos; além das expressões culturais de contestação da juventude trabalhadora da periferia das grandes cidades. Essa multiplicidade de sujeitos e de formas de luta tem uma *trama comum, oculta na diversidade de suas expressões: a trama dos destituídos de propriedade*, cuja sobrevivência depende da oferta de emprego pelo capital, cada dia mais restrita e carente dos correspondentes direitos sociais e trabalhistas, ou da produção direta dos meios de vida.

Esse cenário avesso aos direitos sociais nos interpela. Atesta, contraditoriamente, a urgência de seu debate e de lutas em defesa das conquistas sociais já obtidas, em uma época que descaracterizou a cidadania ao associá-la ao consumo, ao mundo do dinheiro e à posse das mercadorias. A luta pela afirmação dos direitos sociais dos trabalhadores é também uma expressão da luta contra o capital, parte de um processo de acumulação de forças para uma forma de desenvolvimento social, que possa vir a contemplar o desenvolvimento de cada um e de todos os indivíduos sociais. Esses são, também, dilemas do Serviço Social.

2. Re-visitando o passado: as origens do Serviço Social no Brasil.

Em suas origens no Brasil, na década de 30 do século XX, o Serviço Social surge intimamente vinculado às iniciativas da Igreja Católica, como parte de suas estratégias de qualificação do laicato, especialmente sua parcela feminina - por meio dos movimentos da ação social e ação católica -, em sua missão de apostolado junto à *família operária*. Esse processo é impulsionado pela industrialização e urbanização, que trazem no seu verso, a *questão social*. Ela condensa as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político, exigindo o seu reconhecimento como classe por parte do Estado e do empresariado (Iamamoto e Carvalho, 1982).

O Estado, na seqüência dos anos quarenta, passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, ao estabelecer a regulamentação jurídica do mercado de trabalho através da legislação social e trabalhista. Passa ainda a gerir a organização e prestação de serviços sociais como um novo tipo de resposta institucional à *questão social* e, articuladamente, à ameaça comunista. Ainda nessa década são criadas as grandes instituições sócio-assistenciais: LBA (1942), organizada em decorrência do engajamento do país na Segunda Guerra Mundial; o SENAI (1942) e o SESI (1946) direcionados à força de trabalho industrial. O Estado institucionaliza iniciativas das frações dominantes da burguesia industrial num amplo complexo assistencial, extrapolando suas ações para além das unidades de produção, passando a abranger o cotidiano da vida do proletariado (idem).

O Estado amplia-se, nos termos de Gramsci (1979), e passa a administrar e gerir o conflito de classe não apenas via coerção, mas buscando construir um consenso favorável ao funcionamento da sociedade no enfrentamento da luta de classes. O Estado, *ao centralizar a*

política sócio-assistencial efetivada através da prestação de serviços sociais, cria as bases sociais que sustentam um mercado de trabalho para o assistente social, que se constitui como um trabalhador assalariado. O Estado e os estratos burgueses tornam-se uma das molas propulsoras dessa qualificação profissional legitimada pelo poder. O Serviço Social deixa de ser um mecanismo da distribuição da caridade privada das classes dominantes - rompendo com a tradicional filantropia - para transformar-se em uma das engrenagens da execução das políticas públicas e de setores empresariais, que se tornam seus maiores empregadores.

O Serviço Social desenvolve-se no período pós-II Guerra Mundial, no quadro de *expansão da economia capitalista* sob a hegemonia dos grupos transnacionais e da guerra fria. O crescimento industrial em bases tayloristas e fordistas dinamiza a acumulação de capital gerando excedentes, parcela dos quais é canalizada para o Estado no financiamento de políticas públicas, contribuindo para a socialização dos custos de reprodução da força de trabalho. A política keynesiana direcionada ao “pleno emprego” e a manutenção de um padrão salarial capaz de assegurar um relativo poder de compra dos trabalhadores envolveram o reconhecimento do movimento sindical em suas reivindicações econômicas e políticas. A prestação de serviços sociais públicos foi expandida, permitindo às famílias de trabalhadores dotados de emprego formal protegido usufruírem a “cidadania regulada” (Santos, 1979), com acesso aos direitos, podendo aplicar sua renda monetária para consumir e dinamizar a economia. A elas se somavam amplos segmentos destituídos de trabalho e de cidadania (Iamamoto, 1998).

Segundo Fernandes (1975), é na década de cinquenta que “a economia brasileira se incorpora à expansão monopolista, aparecendo, daí em diante, como um dos seus pólos dinâmicos na periferia” (Fernandes, 1975, p. 255-256).

No país, a transição do capitalismo concorrencial à expansão monopolista foi marcada por uma forma de dominação burguesa, que Fernandes qualifica de “democracia restrita”: da “democracia dos oligarcas” à “democracia do grande capital”, com clara dissociação entre desenvolvimento capitalista e regime político democrático.

No caso brasileiro, a expansão monopolista faz-se, mantendo, de um lado, *a dominação imperialista* e, de outro, *a desigualdade interna do desenvolvimento da sociedade nacional*. Ela aprofunda as disparidades econômicas, sociais e regionais, na medida que

favorece a concentração social também regional e racial - de renda, prestígio e poder. Engendra uma *forma típica de dominação política, de cunho contra-revolucionário*, em que o *Estado assume um papel decisivo não só na unificação dos interesses das frações e classes burguesas como na imposição e irradiação de seus interesses, valores e ideologias para o conjunto da sociedade*. Perfila-se, em conseqüência, um *divórcio crescente entre o Estado e as classes subalternas*, “em que o povo se sente estrangeiro em seu próprio país e emigra para dentro de si mesmo”, apesar das fórmulas político-jurídicas liberais estabelecidas nas constituições republicanas (Ianni, 1984).

Os traços elitistas e antipopulares da transformação política e da modernização econômica se expressam *na conciliação entre as frações das classes dominantes com exclusão das forças populares, no recurso freqüente aos aparelhos repressivos e à intervenção econômica do Estado*. (Coutinho 1989, p. 122).

Na trajetória da construção dos direitos no Brasil, pesa a determinação de elementos fundamentais da formação histórica brasileira: *a grande propriedade territorial, as relações de poder apoiadas em relações de dependência pessoal, no compadrio e na ideologia do favor* (Couto 2004). Essa cultura política não foi inteiramente superada, apesar das lutas por direitos, afetando profundamente as condições de trabalho do assistente social. Segundo Chauí (1995), a cultura neoliberal cai, como uma luva, em nossa tradição político-cultural, fazendo emergir um de seus traços mais conservadores: o predomínio do interesse privado sobre todas as coisas em detrimento dos interesses públicos, afetando constituição da esfera pública.

3. Serviço Social brasileiro contemporâneo: projeto profissional e trabalho assalariado².

O Serviço Social brasileiro contemporâneo é fruto e expressão de um amplo movimento de lutas pela democratização da sociedade e do Estado no País, com forte

² Recupero, nas linhas que se seguem, extratos do texto-base da conferência proferida no 12º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais: *A questão social na América Latina: ofensiva capitalista, resistência de classe e Serviço Social*. Foz de Iguaçu, Paraná, Brasil, em 28 de outubro a 02 de novembro de 2007. Mesa de encerramento: 70 anos de Serviço Social no Brasil: lutas, atuação profissional e desafios. Este texto é parte do projeto de pesquisa: *Estado, classes trabalhadoras e Serviço Social no Brasil (2003-2006)* com aprovação e financiamento do CNPq e do Programa PROCiência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

presença das lutas operárias que impulsionaram a crise da ditadura militar. Foi no contexto de ascensão dos movimentos políticos das classes sociais, das lutas em torno da elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988 e da defesa do Estado de Direito, que a categoria dos assistentes sociais foi sendo socialmente questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil e não ficou a reboque desses acontecimentos. É nesse quadro de profundas modificações porque passou a sociedade brasileira que se explica o florescimento de um processo de lutas democráticas cuja visibilidade no cenário político só se dá no último quartel da década de setenta. Tal processo condiciona, fundamentalmente, o horizonte de preocupações emergentes no âmbito do Serviço Social, exigindo novas respostas profissionais, o que derivou em significativas alterações nos campos do ensino, da pesquisa e da organização político–corporativa dos assistentes sociais.

Ao longo dos três últimos decênios, *o debate no Serviço Social foi polarizado por um duplo e contraditório movimento*: o mais representativo foi o processo de ruptura teórica e política com o lastro conservador de suas origens, cujo marco inicial foi o movimento de reconceituação do Serviço Social latino-americano em meados dos anos 60; *em sinal contrário, verificou-se o revigoramento de uma reação (neo) conservadora aberta e/ou disfarçada em aparências que a dissimulam*, como já indicou Netto (1996), apoiada nos lastros da produção pós-moderna e sua negação da sociedade de classes. Ela hoje atinge profundamente as políticas públicas, estruturadas segundo as recomendações dos organismos internacionais. Verifica-se a tendência de fragmentar os usuários dessas políticas segundo características de geração – jovens, idosos, crianças e adolescentes –, de gênero e étnico-culturais – mulheres, negros e índios - abordados de forma transclassista e em sua distribuição territorial, o que ocorre em detrimento de sua condição comum de classe. Essas dimensões multiculturais e multiétnicas fundam efetivamente disparidades e assimetrias nas relações sociais que potenciam as desigualdades de classes, necessitando ser consideradas como componentes da política da transformação das classes trabalhadoras em sujeitos coletivos. Mas a fragmentação dos sujeitos, descoladas de sua base social comum, tem sido incorporada pelo Serviço Social de forma acrítica em decorrência direta das classificações efetuadas pelas políticas públicas. É nesse contexto que a *família* passa a ocupar lugar central na política

social governamental, tida como célula básica da sociedade, mediando a velha relação entre “homem e meio”, típica das formulações profissionais ultraconservadoras.

Nesse lapso de tempo considerado, o Serviço Social brasileiro construiu um projeto profissional radicalmente inovador e crítico, fundado em valores e princípios éticos que adquirem materialidade no conjunto das regulamentações profissionais: o Código de Ética do Assistente Social, a Lei da Regulamentação da Profissão (CRESS, 7º Região, 2000) e as Diretrizes Curriculares norteadoras da formação acadêmica (ABESS/CEDEPSS, 1996).

Os princípios éticos norteadores do projeto profissional estão fundados no ideário da modernidade, que apresenta *a questão central da liberdade do ser social* no coração de reflexão ética; ser social *que se constitui pelo trabalho e dispõe de capacidade teleológica consciente, afirmando-se como produto e sujeito da história.*

Mas é preciso considerar que a ordem burguesa é em seu cerne contraditória: ao mesmo tempo em que fornece as bases históricas para o desenvolvimento de demandas vinculadas à liberdade (direitos, garantias sociais e individuais, autonomia, auto-gestão), simultaneamente as bloqueiam e impedem sua realização. Assim o valor da liberdade passa a existir mais como *projeto, do que como uma realidade conquistada.* (Paiva et alli, 1996, p.162).

O mesmo ocorre com o *valor da igualdade*: ainda que afirmada socialmente como requisito para a troca entre livres e iguais proprietários de mercadoria, - o que se refrata no ideário dos direitos de cidadania, - ela é negada na dinâmica das relações entre as classes sociais. O alargamento do patamar dos direitos defronta-se inevitavelmente com os limites impostos pela lógica da acumulação, dilema esse já reconhecido por Marshall (1967) em seu estudo clássico sobre a cidadania.

Sabemos que a cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre e não vem de cima para baixo, mas é resultado de luta permanente travada quase sempre a partir de baixo, isto é, das classes subalternas. As demandas de grupos e classes sociais prefiguram direitos que só são satisfeitos quando assumidos nas e pelas instituições do Estado, que lhes asseguram uma legalidade positiva, atribuindo-lhes uma dimensão de universalidade possível na sociedade de classes.

Como afirma P. Anderson (apud Coutinho, 2000), a lógica capitalista se expressa essencialmente pela afirmação do mercado como forma suprema de regulação das relações sociais. Logo, tudo o que limita ou substitui o mercado em nome de um direito social - ou da justiça social -, é uma vitória da economia política do trabalho, isto é, uma outra lógica de regulação da vida social.

Como sugere Coutinho (2000), isso explica a atual reação dos neoliberais aos direitos sociais, que não interessam à burguesia. Ela pode tolerá-los e, inclusive usá-los a seu favor, mas procura limitá-los ou suprimi-los nos momentos de recessão, quando tais direitos se chocam com a lógica de ampliação máxima dos lucros. Por tudo isso, a ampliação da cidadania – esse processo progressivo e permanente de ampliação de direitos – termina por se chocar com a lógica do capital e expõe a contradição entre cidadania e classe social: a condição de classe cria déficits e privilégios que impedem a todos participarem da apropriação igualitária das riquezas espirituais e materiais, socialmente produzidas.

Ao debruçar-se sobre o dever ser, a reflexão ética não é neutra. É sempre compromissada com valores que dizem respeito a determinadas projeções sociais, que têm protagonistas histórico-sociais efetivos. E os princípios éticos, ao impregnarem o exercício cotidiano, indicam um novo modo de operar o trabalho profissional, estabelecendo balizas para a sua condução nas condições e relações de trabalho em que é exercido e nas expressões coletivas da categoria profissional na sociedade.

Merece destaque o fato que o projeto profissional não foi construído numa perspectiva meramente corporativa. Ainda que abarque a defesa das prerrogativas profissionais e desses trabalhadores especializados, o projeto os ultrapassa porque é dotado de “caráter ético-político”. Assim, o trabalho profissional cotidiano passa a ser conduzido, segundo os dilemas universais relativos à re-fundação do Estado e sua progressiva absorção pela sociedade civil – o que se encontra na raiz da construção da esfera pública –; à produção e distribuição mais equitativa da riqueza; à luta pela ultrapassagem das desigualdades pela afirmação e concretização dos direitos e da democracia. O projeto profissional estabelece assim um norte quanto à forma de operar o trabalho cotidiano, impregnando-o de interesses da coletividade ou da “grande política”, como momento de afirmação da teleologia e da liberdade na práxis social.

O desafio atual é tornar esse projeto um guia efetivo para o exercício profissional e consolidá-lo por meio de sua implementação efetiva, o que depende do processo de luta social.

Como sustenta a *Carta de Maceió* do CFESS/ CRESS (2000):

O enfrentamento a essa direção econômica e social só é possível com a organização coletiva dos trabalhadores e o fortalecimento dos movimentos sociais comprometidos com a defesa dos direitos, como processo estratégico da luta democrática e popular visando a emancipação e construção de uma sociedade não submetida aos ditames do capital”, o que atesta a necessidade histórica impressa ao nosso projeto profissional.

Sendo o Serviço Social regulamentado como uma “profissão liberal”, dela decorrem os estatutos legais e éticos que prescrevem uma autonomia teórico-metodológica, técnica e ético-política à condução do exercício profissional. Entretanto ela *é tensionada pela compra e venda da força de trabalho especializada do assistente social*, enquanto trabalhador assalariado, o que representa um determinante fundamental na efetivação da autonomia do profissional.

A condição assalariada – seja como funcionário público ou assalariado de empregadores privados, empresariais ou não – envolve, necessariamente, a incorporação de parâmetros institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho, consubstanciadas no contrato de trabalho, que estabelecem as condições em que esse trabalho se realiza: intensidade, jornada, salário, controle do trabalho, índices de produtividade e metas a serem cumpridas.

Por outro lado, os organismos empregadores definem a particularização de funções e atribuições consoante sua normatização institucional, que regula o trabalho coletivo. Oferecem, ainda, o *back-ground* de recursos materiais, financeiros, humanos e técnicos indispensáveis à objetivação do trabalho e recortam as expressões da *questão social* que podem se tornar matéria da atividade profissional. Assim, as exigências impostas pelos distintos empregadores, no quadro da organização social e técnica do trabalho, também materializam requisições, estabelecem funções e atribuições, impõem regulamentações específicas ao trabalho a ser empreendido no âmbito do trabalho coletivo, além de normas

contratuais (salário, jornada, entre outras), que condicionam o conteúdo do trabalho realizado e estabelecem limites e possibilidades à realização dos propósitos profissionais.

Estabelece-se assim *a tensão entre projeto ético-político e alienação do trabalho, indissociável do estatuto assalariado*. Ou em outros termos, repõe-se, nas particulares condições e relações de trabalho do assistente social profissional, *o clássico dilema entre causalidade e teleologia, entre momentos de estrutura e momentos de ação, exigindo articular, na análise histórica, estrutura e ação do sujeito* (Iamamoto, 2007).

A possibilidade de imprimir uma direção social ao exercício – moldando o seu conteúdo e o modo de operá-lo – decorre da *relativa autonomia* de que dispõe o assistente social, a qual é resguardada pela legislação profissional e passível de reclamação judicial. *Essa autonomia é dependente da correlação de forças econômica, política e cultural em nível societário* e se expressa, de forma particular, *nos distintos espaços ocupacionais*, construídos na relação com sujeitos sociais determinados: no Estado (no Poder Executivo e Ministério Público, no Judiciário e no Legislativo); nas empresas capitalistas; nas organizações político-sindicais; nas organizações privadas não lucrativas e nas instâncias públicas de controle democrático (Conselhos de Políticas e de Direitos, conferências, fóruns, ouvidorias).

Todavia, as atividades desenvolvidas *sofrem outro vetor de demandas: as necessidades dos usuários, que, condicionadas pelas lutas sociais e relações de poder, se transformam em demandas profissionais, re-elaboradas na óptica dos empregadores no embate com os interesses dos usuários dos serviços profissionais* (Iamamoto e Carvalho, 1982; Mota e Amaral, 1998)

É nesse terreno denso de tensões e contradições sociais que se efetiva a atividade profissional e o protagonismo político dos sujeitos que a ela se dedicam.

Nos distintos espaços ocupacionais os (as) assistentes *exercem suas competências e atribuições profissionais, resguardados (as) por lei*, que merecem maior atenção por parte da produção acadêmica: estudos socioeconômicos; orientação social a indivíduos, grupos e famílias; assessorias, consultorias e supervisão técnica; formulação, gestão e avaliação de políticas, programas e projetos; mobilização social e práticas educativas; instruções sociais de processos, sentenças e decisões; formulação do projeto de trabalho profissional e pesquisa;

magistério, direção e supervisão acadêmica, que não têm tido a necessária visibilidade na literatura profissional recente.

O (a) assistente social lida, no seu trabalho cotidiano, com situações singulares vividas por indivíduos e suas famílias, grupos e segmentos populacionais, que são atravessadas por determinações de classes. São desafiados a desentranhar da vida dos sujeitos singulares que atendem as dimensões particulares universais que aí se concretizam, como condição de transitar suas necessidades sociais da esfera privada para a luta por direitos na cena pública, potenciando-a em fóruns e espaços coletivos. Isso requer tanto competência teórico-metodológica para ler a realidade e atribuir visibilidade aos fios que integram o singular no coletivo quanto incorporar a pesquisa e do conhecimento do modo de vida, de trabalho e expressões culturais desses sujeitos sociais como requisitos essenciais do desempenho profissional, além da sensibilidade e vontade políticas que movem a ação.

4. Desafios ao Serviço Social na atualidade

Como lembra Husson (1999, p. 99), o processo de financeirização indica um *modo de estruturação da economia mundial*. O fetichismo dos mercados apresenta as finanças como potências autônomas ante as sociedades nacionais. E esconde o funcionamento e a dominação operada pelo capital transnacional e investidores financeiros, que contam com o efetivo respaldo dos Estados nacionais e das grandes potências internacionais.

A esfera estrita das finanças, por si mesma, nada cria. Nutre-se da riqueza criada pelo investimento capitalista produtivo e pela mobilização da força de trabalho no seu âmbito. Nessa esfera, o capital aparece como se fosse capaz de criar “ovos de ouro”, isto é, como se o capital-dinheiro tivesse o poder de gerar dinheiro no circuito fechado das finanças, independente da retenção que faz dos lucros e dos salários criados na produção. O fetichismo das finanças só é operante se existe produção de riquezas, ainda que as finanças minem seus alicerces ao absorverem parte substancial do valor produzido.

O capital dinheiro aparece como coisa autocriadora de juro, dinheiro que gera dinheiro (D – D’), obscurecendo as cicatrizes de sua origem. O juro aparece como brotando da mera propriedade do capital, independente da produção e da apropriação do trabalho não pago no

seu âmbito: o dinheiro tem agora “amor no corpo” (MARX, 1985, p. 295, t. III, v. IV), como cita o Fausto, de Goethe.

Os dois braços em que se apóiam as finanças - a dívida pública e o mercado acionário das empresas - só sobrevivem com decisão política dos Estados e o suporte das políticas fiscais e monetárias. Eles encontram-se na raiz de uma dupla via de redução do padrão de vida do conjunto dos trabalhadores, com o efetivo impulso dos Estados nacionais: por um lado, a privatização do Estado, o desmonte das políticas públicas, a mercantilização dos serviços e as restrições à legislação protetora do trabalho; por outro lado, a imposição da redução dos custos empresariais para salvaguardar as taxas de lucratividade, dela derivando a reestruturação produtiva centrada menos no avanço tecnológico e fundamentalmente na redução dos custos do chamado “fator trabalho” com elevação das taxas de exploração.

A hipótese é que na raiz do atual perfil assumido pela questão social encontram-se as políticas governamentais favorecedoras da esfera financeira e do grande capital produtivo – das instituições e mercados financeiros e empresas multinacionais -, como forças que capturam o Estado, as empresas nacionais, o conjunto das classes e grupos sociais que passam a assumir o ônus das “exigências dos mercados”.

Existe uma estreita dependência entre a responsabilidade dos governos no campo monetário e financeiro e a liberdade dada aos movimentos de capital concentrado para atuar no país sem regulamentações e controles, transferindo lucros e salários oriundos da produção para valorizar-se na esfera financeira e especulativa, que re-configuram a questão social na cena contemporânea.

Nesse cenário, a *questão social* não se resume às expressões de pobreza, miséria e “exclusão”, ainda que as englobe. Ela é indissociável da sociabilidade capitalista fundada na exploração do trabalho, que a reproduz ampliadamente e envolve uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas. *O predomínio do capital fetiche conduz à banalização da vida humana, à descartabilidade e indiferença perante o outro, o que se encontra na raiz das novas configurações da questão social na era das finanças. Ele atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social - e dos sujeitos que o realizam - na era do capital fetiche, assim como impulsiona lutas desses sujeitos contra as*

correntes de ouro que os aprisionam. Nas palavras de Murilo Mendes, “O homem é um ser futuro. Um dia, seremos visíveis”. (Murilo Mendes *O discípulo de Emaús*, p. 754).

O Governo Cardoso e seus “cavaleiros do apocalipse”, ao realizarem a escolha histórica por tais caminhos, nos levaram ao “coração das trevas do neoliberalismo”, como afirma Oliveira³. A política econômica desse Governo conseguiu reduzir as taxas da inflação, mas não resultou em políticas distributivas. Assim, transitou: “da pobreza da inflação” a “inflação da pobreza”, do “fim da inflação da moeda” à retomada da “inflação da dívida” (Rocha, 2003) e dilapidou o patrimônio público nacional (Biondi, 2000). A dívida e o custo de sua rolagem geram escassez de recursos para investimento e custeio que, aliados às elevadas taxas de juros, desviam as aplicações do setor produtivo para o mercado financeiro, penalizando o conjunto da população. O “choque liberalizante” realizado pelo governo, - traduzido na abertura comercial, nas privatizações, nas desregulamentações financeiras, na precarização do trabalho, na ortodoxia monetarista – não superou as fragilidades da economia brasileira, mas resultou numa perversa combinação dos resultados da política neoliberal: desemprego recessão, desnacionalização da economia e aumento da vulnerabilidade externa.

Essas tendências se reafirmam no Governo Lula da Silva que, ao manter a continuidade da política econômica, consagra a ortodoxia monetarista recomendada pelos organismos internacionais como a única possível: só há “gestão responsável” com política neoliberal que mantenha o ajuste fiscal duro, o juro real elevado, a política monetária concentracionista, o câmbio flutuante e a livre movimentação de capitais. Essa mesma política, que gerou o “desastre social” brasileiro (Soares, 2003), é o pressuposto dos programas sociais, na tentativa de compensar o que está sendo agravado pela política econômica e pela ausência de efetivas reformas.

Os efeitos dessa política econômica podem ser ilustrados ao se considerar a *renda associada os indicadores de pobreza* (insuficiência de renda) e *desigualdade* (diferença na distribuição da renda). Em 2003, segundo dados do IPEA (2005) do total de habitantes que informam sua renda, cerca de um terço (31,7%) é considerada *pobre*, o equivalente a 53,9 milhões de pessoas, vivendo com renda *per capita* até meio salário mínimo. Já os *indigentes*,

³ Pronunciamento efetuado no II Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade Social. Brasil, Porto Alegre, 1999.

aqueles que têm renda *per capita* inferior a um quarto do salário mínimo, a proporção é de 12,9%, ou seja, 21,9 milhões de pessoas.

A desigualdade *de renda* pode ser aferida pelos seguintes dados referentes a 2003: 1% da população mais rica, isto é 1,7 milhões de pessoas, apropria-se de 13% do total da renda domiciliar, próximo dos 13,3% que é apropriado por 50% dos mais pobres, isto é, 86,9 milhões de pessoas. São negros 66% dos pobres. No meio rural são 15,3 milhões de pobres.

De acordo com o levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre as desigualdades no Brasil, divulgada em 15 de maio de 2008, os 10% mais ricos concentram 75,4% da riqueza no país. A instituição oficial confirma o caráter regressivo da carga tributária, ou seja, o seu peso recai predominantemente sobre os pobres que cegam a pagar até 44,5% mais impostos que os ricos (Camacho, 2008).

As múltiplas manifestações da questão social, sob a órbita do capital, tornam-se objeto de ações filantrópicas e de benemerência, e de “programas focalizados de combate à pobreza”, que acompanham a mais ampla privatização da política social pública, cuja implementação passa a ser delegada a organismos privados da sociedade civil, o chamado “terceiro setor”. Ao mesmo tempo expande-se a compra e venda de bens e serviços, alvo de investimentos empresariais que avançam no campo das políticas sociais. A atual desregulamentação das políticas públicas e dos direitos sociais desloca, predominantemente, a atenção à pobreza para a iniciativa privada ou individual, impulsionada por motivações solidárias e benemerentes, submetidas ao arbítrio do indivíduo isolado e ao mercado, em detrimento da responsabilidade pública do Estado, com claros chamamentos à “sociedade civil”.

As conquistas sociais acumuladas têm sido transformadas em causa de “gastos sociais excedentes” que se encontrariam na raiz da crise fiscal dos Estados. A contrapartida tem sido a difusão da idéia liberal de que o “bem-estar-social” pertence ao foro privado dos indivíduos, famílias e comunidades. A intervenção do Estado no atendimento às necessidades sociais é pouco recomendada, transferida ao *mercado e à filantropia*, como *alternativas* aos direitos sociais que só têm existido na comunidade política. Como lembra Yazbek (2001), o pensamento neoliberal estimula um vasto empreendimento de “refilantropização do social”, e

opera uma profunda despolitização da “questão social” ao desqualificá-la como *questão pública, questão política e questão nacional*.

Acanda (2006), em seu competente e provocativo estudo sobre a sociedade civil, destaca alta dose controvérsia no uso teórico dessa noção, que tende hoje a ser empregada mais como metáfora do que como um conceito, segundo os mais diversos matizes e interesses políticos de direita e de esquerda.

No clima cultural dominante sob a inspiração ultra-liberal, a sociedade civil tem sido definida por exclusão e em antítese ao Estado e à política, como um “espaço não político”, livre de coerções, aparecendo idealizada como um reino autônomo da associação e espontaneidade, materializado nas Organizações Não-Governamentais (ONGs). É, também, tida com a guardiã do Estado, controlando-o para evitar intervenções espúrias nas relações inter-pessoais.

Como sugere o autor (Acanda 2006), o boom dessa noção é indissociável da crise de identidade política democrática e de esquerda revolucionária. O emprego da noção de sociedade civil vem redundando no fortalecimento da ideologia dominante: tudo o que não depende do Estado é tido como a um passo da emancipação social. Ao mesmo tempo aquela noção tende a encobrir as diferenças reais na vida social, desaparecendo, com ela, a percepção de fenômenos como: classes sociais, grupos de poder econômico, monopólios do capital, dentre outros. A sociedade civil tem sido usada como instrumento de canalizar o projeto político de enfraquecimento do Estado social e para disfarçar o caráter de classe de muitos conflitos sociais.

Esse cenário provoca profundas alterações no mercado de trabalho do assistente social e radicaliza e amplifica a questão social em suas múltiplas dimensões e expressões. Simultaneamente, o padrão acadêmico e político da formação universitária é profundamente atingida pela subordinação da política de educação aos ditames da acumulação de capital.

Somos, no Brasil, cerca de 75 000 assistentes sociais ativos, o segundo maior contingente mundial, só superado pelos EUA - com 150 mil profissionais -em um total de 500 assistentes sociais no mundo, conforme a International Federation of Social Workers (IFSW)

Segundo a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em maio de 2008, existem 09 cursos de doutorado em Serviço Social, e 23 cursos

de mestrado sendo a maioria em instituições públicas, seguido de universidades católicas. A pós-graduação congregava, em 2004, 55 linhas de pesquisa, com 581 projetos de pesquisa já concluídos ou em realização, que adensam a produção científica do Serviço Social brasileiro e o seu mercado editorial, atestando a maturidade acadêmica dessa área de conhecimento.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do Ministério da Educação (MEC) em março de 2007, o país tinha 253 cursos de graduação em Serviço Social, (incluindo os cursos presenciais e à distância). Destes, 46 eram levados a efeito por instituições públicas, responsáveis por 5 358 vagas (16%) e 207 oferecidos por instituições privadas de ensino superior com 27465 vagas (84%). O conjunto do ensino superior na área totalizava 32 823 assistentes sociais em formação no país, próximo da metade do contingente profissional atual.

Esse crescimento intensivo iniciado no Governo Cardoso, recebe impulso decisivo no Governo Lula - como o atesta a base oficial de dados do MEC-, sob a liderança das instituições privadas de ensino, e fortemente acelerado pela regulamentação dos cursos de graduação à distância, que se proliferam a partir de 2006. Os 06 primeiros cursos de graduação à distância autorizados e em funcionamento, já eram responsáveis, em março de 2007, por 9 760 vagas informadas, o equivalente a 30% das matrículas. Destes, apenas 01 curso em uma universidade estadual, a Fundação Universidade do Tocantins –UNITINS iniciou com 2 760 vagas em 2006. Os 05 outros cursos à distância são ofertados por instituições privadas, destacando-se a *Universidade para o Desenvolvimento do Estado da Região do Pantanal* – UNIDERP -, com 3 800 vagas.

As quase 10 mil vagas efetivamente ofertadas e declaradas pelos cursos à distância, em março de 2007, permitem afirmar que, mantida essa oferta (o que é certamente uma projeção acanhada ante a tendência de expansão do ensino à distância –EAD-), a partir de 2010, só o EAD irá lançar diplomar e lançar no mercado cerca de dez mil profissionais por ano. Somadas às 70% das vagas oferecidas por cursos presenciais, pode-se esperar uma duplicação do contingente profissional até 2010. Esse crescimento exponencial traz sérias implicações para o exercício profissional, as relações de trabalho e condições salariais por meio das quais se realiza. Pode-se antever, já no curto prazo, um crescimento acelerado do desemprego nessa área, visto que dificilmente a oferta de postos de trabalho poderá

acompanhar, no mesmo ritmo, o crescimento do contingente profissional, pressionando o piso salarial, estimulando a precarização das condições de trabalho e aumentando a insegurança do trabalho.

A hipótese é que o crescimento do contingente profissional, ainda que reflita a expansão do mercado de trabalho especializado, poderá desdobrar-se na criação de um *exército assistencial de reserva*. Isto é, *um recurso de qualificação do voluntariado no reforço do chamamento à solidariedade* em um ambiente político que estimula a *criminalização da questão social e das lutas dos trabalhadores* (Ianni, 1992; Wacquant, 2001) e o caráter assistencial das políticas sociais.

A massificação e a perda de qualidade da formação universitária *estimulam o reforço de mecanismos ideológicos que facilitam a submissão dos profissionais às “normas do mercado”*, redundando em um processo de *despolitização da categoria*, favorecido pelo isolamento vivenciado no ensino à distância e na falta de experiências estudantis coletivas na vida universitária.

O estímulo ao EAD é um recurso para a ampliação da lucratividade das empresas educacionais - este sim o seu objetivo maior - a que se subordina a qualidade do ensino e da formação universitária. É isto que permite vislumbrar, como faces de um mesmo processo, a precarização do ensino e do trabalho profissional. Essa tendência é compatível com premissa de que o “mercado” – leia-se o capital - é portador da racionalidade sóciopolítica e o agente principal do bem-estar da República.

Importa salientar que aqui não se trata simplesmente de uma recusa ingênua da tecnologia do ensino a distância. O problema está no contexto de privatização do ensino superior em que ela ocorre e sua incidência em um curso universitário de caráter teórico-prático que exige estágio supervisionado e que tem uma relação direta com a vida cotidiana dos sujeitos com que se trabalha.

Esse é um dos grandes desafios que nos convoca coletivamente, exigindo: um criterioso debate e acompanhamento da expansão do ensino superior no Serviço Social e de sua distribuição territorial; o cumprimento das exigências legais do estágio supervisionado no ensino à distância; o conhecimento das entidades mantenedoras responsáveis pela expansão

das instituições de ensino superior privadas e os interesses que veiculam; a denúncia da desqualificação da formação universitária e de suas repercussões na prestação de serviços de qualidade à população no âmbito dos direitos sociais; o debate sobre a oportunidade ou não do exame de proficiência como requisito para autorização do exercício profissional.

São inúmeros os desafios profissionais e acadêmicos que se apresentam ao Serviço Social na atualidade, dentre os quais:

1) a exigência de rigorosa formação teórico-metodológica que permita explicar o atual processo de desenvolvimento de desenvolvimento capitalista sob a hegemonia das finanças e o reconhecimento das formas particulares pelas quais ele vem se realizando no Brasil, assim como suas implicações na órbita das políticas públicas e conseqüentes refrações no exercício profissional;

3) *a articulação com entidades, forças políticas e movimentos dos trabalhadores no campo e na cidade em defesa do trabalho e dos direitos sociais;*

4) *a afirmação do horizonte social e ético-político do projeto profissional no trabalho cotidiano, adensando as lutas pela preservação e ampliação dos direitos mediante participação qualificada nos espaços de representação e fortalecimento das formas de democracia direta;*

5) *o cultivo de uma atitude crítica e ofensiva na defesa das condições de trabalho e da qualidade dos atendimentos, potenciando a nossa autonomia profissional.*

Um caminho fértil nessa direção é recuperar, para análise de nosso tempo, o profícuo estilo de trabalho de Marx: uma forte interlocução crítica com o pensamento de diferentes extrações teóricas elaborado em sua época; e uma efetiva integração com as forças vivas que animam o movimento de classe trabalhadora em seus distintos segmentos.

O legado já acumulado pelo pensamento social crítico brasileiro sobre a interpretação do Brasil no quadro latino-americano também necessita ser re-apropriado para, a partir dele, elucidar as particularidades dos processos sociais que conformam o Brasil no presente, solidificando as bases históricas do projeto profissional. E aprender com os nossos clássicos. Refiro-me a autores como: Caio Prado Junior, Nelson Werneck Sodré, Florestan Fernandes, Ant nio Cândido, Josué de Castro, Celso Furtado, Hélio Jaguaribe, Octavio Ianni, Ruy Mauro

Marini, entre outros, cujas obras descobri por meio dessa universidade, ainda na graduação. As transformações históricas que tiveram lugar tanto no Brasil e nos demais países latino-americanos foram por eles assumidas como desafios ao pensamento. Mas eles tinham clareza de que as explicações obtidas também influenciam o movimento da sociedade, ao transformarem a teoria em força real que opera de dentro e através de grupos e classes sociais, especialmente aqueles que protagonizam a história dos trabalhadores nesse país. Os “homens simples” (Ianni, 1975) também tecem as linhas da história com suas lutas e reivindicações, rebeldias e conformismos. E lembra o autor que para conhecer a história do Brasil é indispensável conhecer também a história social do povo brasileiro (Ianni 2004). Essa é uma das condições para se assegurar a viabilidade do projeto profissional no jogo das forças sociais.

Concluindo, fica a todos o convite para uma empreendermos *vigília crítica do Brasil, no desafio de viver e lutar para interferir nos rumos da história*. Sem esquecer que “viver é muito perigoso”, como já alertou Guimarães Rosa (1994).

As palavras finais são de Carlos Drummond de Andrade, em seu *Canto Brasileiro*:

Confuso amanhecer, de alma ofertante
e angústias sofreadas,
injustiças e fomes e contrastes
e lutas e achados rutilantes
de riquezas da mente e do trabalho,
meu passo vai seguindo
no ziguezague de equívocos,
de esperanças que malogram mas renascem
de sua cinza morna.
Vai comigo meu projeto
entre sombras, minha luz
de bolso me orienta
ou sou eu mesmo o caminho a procurar-se?

Bibliografia

- ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. *Serviço Social & Sociedade: O Serviço Social no século XXI*. São Paulo, ano XVII, n. 50, p. 143-171, abr. 1996.
- ACANDA, J. *Hegemonia e sociedade civil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
- ANDRADE, C. D. Canto brasileiro. In: *Carlos Drummond de Andrade*. Poesia e prosa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1983. p. 487-488. Volume único.
- BIONDI, A. *O Brasil privatizado*. Um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CFESS/CRESS. *Seguridade social pública: é possível*. Carta de Maceió. Maceió: set. 2000.
- CHAUÍ, M. Raízes teológicas do populismo no Brasil: a teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. In: DAGNINO, A (Org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995a. p. 19-30.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- _____. (Org.). *A mundialização financeira*. São Paulo: Xamã, 1998.
- COUTINHO, C. N. *Gramsci*. Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- _____. *Contra a Corrente*. Ensaio sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2000.
- CAMACHO, K. 10% dos mais ricos no Brasil detêm 75% da riqueza, diz IPEA. *Folha on line*. Acesso em 15/05/08.
- COUTO, B. R. *O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?* São Paulo: Cortez, 2004.
- CRESS 7ª Região (RJ). *Assistente Social: ética e ética e direitos*. Coletânea de Leis e Resoluções. Rio de Janeiro: Lidador, mai. 2000.
- FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*. Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007
- _____. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.
- IAMAMOTO, M. V & CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez/Celats, 1982.
- IANNI, O. *Pensamento social no Brasil*. Bauru: EDUSC, 2004.

- _____. *O ciclo da revolução burguesa no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- _____. A mentalidade do homem simples. In: *Sociologia e sociedade brasileira*. São Paulo: Alfa Omega, 1975.
- _____. A Questão Social. In: *A Idéia do Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992. p. 87-109.
- IPEA. *Radar Social*. Brasília: IPEA, 2005.
- HUSSON, M. *Miséria do capital*. Uma crítica ao neoliberalismo. Lisboa: Terramar, 1999.
- MANDEL, E. *Capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, K. *O Capital*. Crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, T. III, 1985.
- MARSHAL, T. H. *Cidadania, classe social e "status"*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MENDES, M. *Murilo Mendes*. Poesia e prosa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. Volume único.
- MOTA, A. E.; AMARAL, A. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social In: MOTA, A. E. (Org.). *A Nova Fábrica de Consensos*. São Paulo: Cortez, 1998, p. 23-44.
- NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 50, p. 87-132, 1996.
- PAIVA, B.; SALES, M. A. Nova Ética Profissional: Práxis e Princípios. BONETTI, D. A. et al. (Orgs.). *Serviço Social e Ética*. Convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez/CFESS, 1996.
- ROCHA, D. 2002: o ano que não terminou? *Nota Técnica*: INESC, Brasília, DF, n. 80. jul. 2003.
- ROSA, G. *João Guimarães Rosa*. Ficção Completa em dois volumes. vol. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.
- SANTOS, W, G. *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SOARES, L. T. R. *O desastre social*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- YAZBEK, C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social. *Temporalis*: ABEPSS, ano III, n. 3, p. 33-40, jan./jun. 2001.